

2017-2019: ESTAGNAÇÃO DO PIB BRASILEIRO

Gilmar Mendes Lourenço

As estimativas de variação do produto interno bruto (PIB) brasileiro, no 2º trimestre de 2019, elaboradas e disponibilizadas pelo Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sugerem a confirmação do diagnóstico de verdadeiro processo de letargia econômica que atinge o país desde a superação da mais intensa e profunda recaída recessiva da história.

Frise-se que aquela brutal contração foi registrada entre abril de 2014 e dezembro de 2016, totalizando onze trimestres consecutivos de declínio da principal grandeza macroeconômica, com acúmulo de performance negativa de 8,6%, segundo inferências do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

De acordo com o IBGE, após experimentar paralisia entre janeiro e março de 2017, o PIB nacional subiu 1,1%, naquele ano, repetiu a evolução de 1,1%, em 2018, e contabilizou modesto avanço de 0,5% e 1,0%, no 1º e 2º trimestre de 2019, em relação a idêntico intervalo do ano anterior, sem desconto da influência da greve dos caminhoneiros na compressão da base de confronto, em maio e junho de 2018.

Já, no primeiro semestre do corrente ano houve acréscimo de 0,7%, contra 1,1%, nos seis primeiros meses de 2018, e 1,2%, nos seis meses findos em dezembro do ano passado, o que configura substancial desaceleração, tendo ocorrido ascensão de 1,2% dos serviços, 1,3% do comércio, e 0,1% da agropecuária, e descida de 0,4% da indústria e 0,1% da construção civil.

Pela ótica da utilização final foram constatados aumentos, entre janeiro e junho, na formação bruta de capital fixo (3,1%), consumo das famílias (1,5%), exportações (1,4%) e importações (1,0%), enquanto o consumo do governo diminuiu 0,3%. A taxa de investimento alcançou 15,9% do PIB, entre abril e junho de 2019, versus 15,5% do PIB, nos três meses imediatamente anteriores, e 15,3% em igual trimestre de 2018.

Como se vê, o investimento situa-se ainda distante do pico recente de 20,9% do PIB, apurado em 2013, o que levanta suspeita quanto à possível ocorrência de obsolescência de parcela da capacidade instalada e, notadamente, de supressão do poder competitivo da indústria.

O investimento no Brasil também figura em degrau incomparavelmente menor do que o exibido pelos mercados emergentes, notadamente Chile (22,7% do PIB), México (23,0% do PIB), Índia (31,6% do PIB) e China (44,2% do PIB). Sem contar que aproximadamente metade da ascensão da formação de capital, em 2019, é proveniente da construção civil.

O segmento da construção ostentou, no 2º trimestre de 2019, o 1º resultado positivo depois de 20 trimestres seguidos de retração, puxado pelo mercado imobiliário, pois a construção pesada ainda padece da interrupção das obras públicas, associada à falência do estado e aos escândalos da Lava Jato, fato que anula qualquer argumento otimista de ampliação do potencial produtivo da economia.

Se a esse desempenho sofrível forem incorporadas as previsões - realizadas por mais de 150 organizações financeiras e produtivas de grande porte, consultadas semanalmente pelo Banco Central (BC) - de expansão de 0,8%, para o exercício fechado de 2019, constata-se ampliação de 0,9% ao ano, no triênio 2017-2019, que, quando cotejada com o incremento de 0,8% a.a. da população, evidencia a mais longa e emperrada de renda per capita (8% inferior ao nível de 2013) e estagnação do ciclo de transações que se tem notícia, depois de prolongado e profundo evento de retração.

Mais que isso, ao ser fracionado em períodos decenais, o conjunto de informações permite denotar, no intervalo 2011-2019, o menor dinamismo da matriz produtiva em quarenta anos, caracterizado por aumento de 0,6% a.a., inferior aos 1,6% a.a., observados nos anos perdidos de 1980 que, ainda assim, expressam os efeitos do salto exportador, entre 1981 e 1984, organizado para enfrentamento dos constrangimentos gerados pela impulsão do passivo externo - fruto da contratação de empréstimos a juros variáveis para complementação da industrialização por substituição de importações - e da montagem e promulgação da Nova Constituição, em novembro 1988, embrião de praticamente todos os mecanismos de inclusão social acionados na década de 1990.

O País vive a mais longa e emperrada de renda per capita e estagnação do ciclo de transações que se tem notícia.

A propósito disso, apesar de o PIB ter crescido somente 2,0% a.a., nos anos 1990, a nação conviveu com relevantes transformações em seu *modus operandi*, quando foi palco de aprimoramentos como abertura comercial, desregulamentação, regulamentação das concessões dos serviços públicos, privatizações, desinflação, oportunizada pela implantação e consolidação do Plano Real, execução de iniciativas oficiais de transferência de renda, capitaneadas pela valorização do salário mínimo e outros programas sociais compensatórios, e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Aliás, a maturação de tais mutações constituiu a raiz da obtenção de elevação do patamar expansivo do PIB no decênio dos 2000, pulando para 3,6% a.a. (4,0% a.a., entre 2003 e 2010, sob a batuta de Lula), coadjuvada pela continuidade da ortodoxia econômica, a instituição do crédito consignado e o bônus externo, sendo este consequência da disparada das cotações das commodities, com a multiplicação da demanda chinesa.

Parte da ausência de crescimento da década presente repousa nos desdobramentos de medidas equivocadas, tomadas por aqui a partir da instabilidade global de 2008.

Porém, não há como negar que parte da ausência de crescimento da década presente repousa nos desdobramentos de medidas equivocadas, tomadas por aqui a partir da instabilidade global de 2008 - engendrada pela crise do subprime (segmento hipotecário de segunda linha dos Estados Unidos) – que, ao estimularem o consumo público e privado, em detrimento dos investimentos, e ignorarem a natureza finita dos recursos públicos, provocaram colapso sem precedentes nos fluxos de caixa domésticos (famílias e empresas).

A veemente negação da formação de uma bolha de endividamento, implícita na equivocada gestão de Dilma Rousseff, a partir de 2011, ancorada em ações de cunho intervencionista, dirigidas à preservação dos níveis de renda real e emprego, por meio do controle artificial de alguns macro preços (câmbio, juros, combustíveis e energia elétrica), e o fornecimento de crédito subsidiado e benesses tributárias a um privilegiado grupo de empresários “amigos do rei e da rainha”, apelidados de “campeões nacionais”, ensejou o agravamento dos fatores de perturbação e, por extensão, forte diminuição da velocidade de acréscimo dos níveis de atividade, o que interferiu negativamente no funcionamento do mercado de trabalho.

O imprescindível, embora tenebroso, realinhamento da estrutura de preços relativos, promovido pelo ministro da fazenda, Joaquim Levy, no 1º ano do 2º mandato de Rousseff, resultou em choque inflacionário que serviu para intensificar a recessão, plantada em 2014. Isso, complementado pelo uso de bancos públicos para cobertura de despesas do tesouro com programas sociais e assinaturas de decretos de suplementação orçamentária sem autorização do Congresso Nacional, desembocaram no impeachment da presidente, em 2016.

Em continuidade, sob o comando de Michel Temer, houve a tentativa de aplicação do documento “Ponte para o Futuro”, preparado pelo PMDB e divulgado em outubro de 2015, composto por propostas de ajustamento macroeconômico no estilo “feijão com arroz”, de inspiração conservadora, baseadas na perseguição do ajuste fiscal (lei do teto de gastos) e redução dos juros, em linha com a queda da inflação - explicada primordialmente pela combinação entre ociosidade dos elementos de produção (capital e mão de obra) e safras recordes de grãos -, reforçadas pela liberação de R\$ 44,0 bilhões das contas inativas do FGTS, uma injeção na veia do consumo, e encaminhamento e negociação das reformas com o legislativo.

Contudo, a obra desmoronou com o episódio Temer/Joesley, levado ao conhecimento do público em maio de 2017, expresso no vazamento de áudios que induziram a percepção de conduta criminoso de corrupção passiva, por parte do chefe de estado, tornando-o, desde então até o final do mandato, refém do parlamento, visando à neutralização de autorização de investigação pelo Supremo Tribunal Federal, a pedido da Procuradoria Geral da República.

Nas condições atuais, a escassez de canais programáticos de comunicação e articulação entre executivo, legislativo e sociedade civil vem prejudicando o avanço da confusa agenda liberal defendida pela equipe de Bolsonaro, aspecto magnificado por sucessivos torpedos, desferidos quase diariamente pelas autoridades palacianas contra diferentes alvos nas fronteiras interna e externa.

Há apreciáveis chances de desaparecimento do bônus global, do qual o Brasil ficou à margem durante toda a década de 2010.

Por um olhar prospectivo, há apreciáveis chances de desaparecimento do bônus global - atestado pela acentuação dos conflitos comerciais protagonizados por China e EUA, retrocesso industrial europeu e exaustão dos impactos dos incentivos monetários -, do qual o Brasil ficou à margem durante toda a década de 2010, componentes magnificados com a derrocada da Argentina.

Nessa ordem de ideias, a eliminação da anemia econômica nacional, em um contexto de não resolução da fragilidade fiscal e financeira do estado e de flagrante deterioração do capital político da administração Bolsonaro, passa, invariavelmente, pelo acionamento imediato de estímulos creditícios, apoiados no recuo dos juros e alargamento da disponibilidade de recursos, beneficiados adicionalmente por inclinações oficiais heterodoxas, como a liberação de parcela dos saldos das contas ativas e inativas do FGTS e do PIS/PASEP.

Trata-se do fôlego conjuntural requerido à recuperação do ânimo dos agentes e abertura de flancos para a feitura de tratativas maduras das modificações de base - tributária, federativa, bancária, administrativa e patrimonial – absolutamente essenciais à conformação de um clima de negócios virtuoso, capaz de englobar a restauração da saúde financeira da esfera pública, o desencaixe dos projetos de infraestrutura, mediante significativo alargamento das concessões de serviços à iniciativa privada, e a arrancada dos investimentos e da produtividade microeconômica.

Tudo isso atrelado à premência de reversão da desindustrialização, em curso desde meados da década de 2000, e ao inexorável fechamento da janela demográfica, identificado pelo crescimento da população em idade ativa em ritmo inferior ao do contingente total de pessoas, o que ampliará a relação de dependência entre idosos e jovens e exigirá novas rodadas de adequações do aparato previdenciário e vultosas inversões em medicina preventiva e curativa.